VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2021

ATA NÚMERO TRÊS

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e treze minutos, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa o 1º Secretário, José Manuel de Almeida Couto, e a 2ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Ana Luísa Ferreira, Andreia Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Dália Miranda Eira, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, João Paulo Moreira Correia, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Maria Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Vítor da Silva Pereira Canastro, Carla Maria Rodrigues Costa, Paulo José Melo Martins, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos Almeida, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, João Emanuel de Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira, Jorge Manuel dos Santos Pereira e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro e----------

Faltaram os seguintes deputados municipais: Manuel Paulo de Jesus Lopes, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Mário Vicente Sousa Silva Reis; Maria José Guerra Gamboa Campos, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Manuel António Coutinho Ferreirinha.----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, e os Senhores Vereadores: Marina Raquel Lopes Mendes, Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira.----------

Estiveram ausentes o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e os senhores Vereadores: José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Célia Correia e José Joaquim Cancela Moura.----------

Ponto 4.1 da Ordem de Trabalhos "Eleição dos Candidatos à Comissão Executiva Metropolitana". ----------

O Senhor Presidente da Mesa, referiu que a Lei, para esta Eleição em concreto, não incluia os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, pelo que não seriam chamados.----------

Foi presente 01 Lista, denominada A, tendo sido aprovada com 20 votos a favor, 02 votos contra e 10 votos brancos.----------

Ponto 1 – Período de Intervenção do Público; ----------

Senhora Carlos Silva, Freguesia de Canidelo, no uso da palavra, teceu diversos comentários relativamente aos atrasos da Gaiurb na aprovação dos processos de arquitetura e construção, sendo que há 3 meses tem um projeto, Praceta de Bustes Lote 28 na Freguesia de Canidelo, para ser aprovado pela Gaiurb, não sendo cumprido nenhum dos prazos legais, nem tendo obtido qualquer resposta. Solicitou, assim, uma maior fiscalização por parte da Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente da Mesa, atendendo ao tom usado pelo Sr. munícipe, desadequado para uma intervenção na Assembleia Municipal, esclareceu o senhor munícipe que aqui ninguém fazia represálias. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, começou por dizer ser a primeira vez que ouvia uma coisa destas. Prestou os devidos esclarecimentos ao senhor

munícipe, informando que o prazo de 3 meses não resulta desrespeito pelos regulamentos atendendo a que Gaiurb tem estado em processo de teletrabalho há 18 meses. Quando o Sr. munícipe falou em corrupção, não era algo em que o Sr. Presidente se revisse, pois não é seu hábito, e podia vir a esta Assembleia Municipal tranquilamente que não seria perseguido. A terminar, quando começou a intervenção ficou "aflito" pensou que seriam 3 anos atraso, quando somente são apenas 3 meses, num loteamento e a atravessar uma "pandemia". Num Concelho grande do País ninguém consegue aprovar o que quer que seja em 3 meses. ----------

Ponto 3 – Período de "Antes da Ordem do Dia". ----------

O Senhor Presidente da Mesa solicitou aos líderes que, dado ser a 1ª reunião do Mandato, dissessem quais os assuntos que tinham para apresentar ao Plenário. De futuro, todas as Posições, Moções ou documentos a serem apresentados deviam ser entregues atempadamente ao Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal, de forma a serem fotocopiados e entregues a todos os Grupos Municipais desta Assembleia Municipal. ----------

Senhor Deputado Rui de Brito e Cunha Leite de Castro (IL) apresentou um "Voto de Saudação ao 25 de novembro", conforme documento em anexo (Vide anexo nº1). ----------

Senhora Deputada Luísa Silva (BE) apresentou um Voto de Saudação, pelo "Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)", conforme documento em anexo (Vide anexo nº2) e uma Proposta de Divulgação Massiva do Gaia Protege+, conforme documento em anexo (Vide anexo nº3).----------

Senhor Deputado Rui Teixeira (PS) apresentou um Voto de Congratulação a Manuel Fernando dos Santos Pereira, conforme documento em anexo (Vide anexo nº4).----------

Senhor Deputado Carlos Vergueiro (PS) apresentou uma Moção pelas "Caves do Vinho do Porto como Património Mundial da Humanidade", conforme documento em anexo (Vide anexo n5).-

Senhor Deputado Pedro Ribeiro (PAN) apresentou uma Declaração de Voto relativamente ao Voto de Saudação do 25 de novembro de 1975, referindo que se iria abster-se a este voto, conforme documento em anexo (Vide anexo nº6).----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU) teceu alguns comentários relativamente ao Voto de Saudação ao 25 de novembro, informando que o Grupo Municipal da CDU iria votar contra.

Relativamente à Proposta do BE iriam votar favoravelmente, salientando a importância do trabalho com direitos, matéria que não que podia ser desligada desta questão. ----------

Senhora Deputada Fátima Menezes (BE) teceu considerações relativamente ao voto de saudação ao 25 de novembro, dizendo que é o entendimento do Grupo Municipal do PS votar contra, conforme documento em anexo (Vide anexo nº7).----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) na sua intervenção fez uma reflexão em torno das eleições, fazendo algumas considerações dentro dessa temática, conforme documento em anexo (Vide anexo nº8). A terminar, disse que o Grupo Municipal do PS iria acompanhar as Propostas do BE. ----------

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) focou alguns factos históricos relativamente ao voto de saudação ao 25 de novembro, o qual o Grupo Municipal do PSD iria votar favoravelmente. -

Senhor Deputado Luís Nogueira (CDS-PP) congratulou todos pelos resultados do último ato eleitoral autárquico, uma votação clara, que demonstra a vontade dos Gaienses, desejando ao executivo um excelente mandato. Prometeu fazer um mandato pela positiva, construtivo e com respeito e educação, pedindo o mesmo em troca. Quanto às Moções apresentadas, viu alguma confusão em algumas pessoas, passando a clarificar essas questões, nomeadamente no que diz respeito ao voto de saudação ao 25 de novembro.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Presidente, Eduardo Vítor Rodrigues, agora na posse de novos dados, entretanto recebidos, completou o que havia dito ao Sr. munícipe Carlos Silva, sublinhando que até ao dia em que entrou o processo 5788/21, de 19/08/2021, dia já tinham dado entrado 5787 processos. Dessa data até ao momento, se se contar 20 dias/mês, dá uma média de 36 processos/dia apresentados na Gaiurb, o que dá a ideia da escala de necessidade de olhar com atenção os processos. ----------

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU) apresentou Declaração Política "A urgência da afirmação do Poder Local Democrático", conforme documento em anexo (Vide anexo nº contra conforme documento em anexo (Vide anexo nº9).----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Deputado Único do Partido IL e subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP, Grupo Municipal PPD/PSD e pelo Deputado único do Partido CHEGA, pelo "25 de novembro de 1975"----------

Votação: Rejeitado por Maioria, com 38 votos contra (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 da CDU e 02 do BE), 9 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do CH e 01 do IL). e 01 abstenções do PAN. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)". ----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação uma Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal do BE," Divulgação Pública Massiva do Gaia Protege+".----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação um Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, a "Manuel dos Santos Pereira, pela conquista do Campeonato da Europa".----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação uma Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, "Caves do Vinho do Porto como Património Mundial da Humanidade". ---------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Ponto 4.2. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização de abertura do procedimento concursal comum para preenchimento de 6 postos de trabalho na Carreira de Assistente Operacional, para o Departamento de Ambiente e Parques Urbanos". ----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD) esclareceu que, não querendo obstaculizar o que quer que fosse, e sendo que o modelo de gestão cabe a quem gere o município, referiu que Grupo Municipal do PSD iria abster-se. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.2. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 39 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do CH e 01 do IL). ----------

Em declaração de Voto, o Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) teceu considerações relativamente a esta votação, assinalando alguma contradição entre quem apontava o dedo à falta de recursos, que a Câmara Municipal deveria ter mais recursos, e quando se tenta resolver os problemas, não obstaculizam, mas abstêm-se. ----------

Ponto 4.3. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à anulação dos Procedimentos Concursais nº8/2020 e 39/2020, previstos para ocupação de 2 postos da Carreira de Técnico Superior – Área de Economia e abertura de Procedimento Concursal comum para preenchimento de 2 postos de trabalho na Carreira de Técnico Superior, na Área de Economia, para o Departamento de Planeamento, Controlo Financeiro e Execuções Fiscais". ----------

Ponto 4.4. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à anulação do Procedimento Concursal nº 04/2020, previsto para ocupação de 1 posto na Carreira de Técnico Superior – Área de Engenharia Civil e Abertura de Procedimento

Concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho na Carreira de Técnico Superior, na Área de Engenharia Civil, para a Divisão de Fiscalização".----------

Ponto 4.5. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à anulação da deliberação da reunião de 29/07/2021, ou seja, anulação da autorização de Constituição do Direito de Superfície, pelo prazo de 30 anos, a favor da Sociedade MESOSYSTEM, S.A., do prédio urbano composto por terreno destinado a Construção que constitui o Lote número 6 do Parque Empresarial de S. Félix da Marinha, com área de 17.165,84 m2, sito no Lugar de Mourões, Freguesia de S. Félix da Marinha". ----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD) referiu que neste caso o que estava em causa era o processo concursal, não a questão de opção de gestão do Quadro de Pessoal, mas a anulação de um processo concursal. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues deixou alguns esclarecimentos, nomeadamente referindo que anular um procedimento era um ato de gestão, de igual forma que fazer um procedimento seguir. A terminar, disse para não argumentarem que não estavam aqui para obstaculizarem, deixando claro que o município não tinha opções de gestão e, para que não houvesse dúvidas quanto ao que estava a ser votado, referiu que deviam ter sido apanhados de surpresa na votação do Ponto 4.3, tendo deixado os devidos esclarecimentos. ----------

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) disse que aparentemente o PSD não estava a ser lógico na opção que estava a tomar, pelo que a observação do senhor Presidente fazia sentido. Esclareceu, então, a lógica que esteve subjacente ao ponto de vista do PSD tendo referido, nomeadamente, que quando há uma autorização para um concurso, que é um procedimento concursal, é o executivo que sabe de quantos postos vai precisar. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues deixou os devidos esclarecimentos quanto à intervenção do senhor Deputado do PSD. A terminar, fez referência a concursos que foram anulados porque a "moscambilha" que estava a ser preparada não foi conseguida. Terminou dizendo não se tratar de uma opção de gestão e esperar um debate que seja sobre as verdadeiras opções de gestão. ----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD) ainda sobre os pontos 4.3 e 4.4, para quem leu os documentos, está a justificação pelo qual o mesmo é a anulação do procedimento, por exemplo

no 4.3, o qual passou a ler. Quanto ao Ponto 4.4, que se iria discutir de seguida, passou também a ler o primeiro ponto. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Presidente, Eduardo Vítor Rodrigues deixou alguns esclarecimentos ao senhor deputado, referindo ficar contente em ter percebido que não havia razoabilidade para outra coisa que não fosse votar a favor.----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.3.----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.4 ----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.5. ----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

<u>Ponto 4.6. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Votação da proposta da Câmara Municipal quanto à Doação à Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, da viatura elétrica, ligeira de passageiros, marca Citroen, modelo Jumpy space Tourer E C4, matrícula AJ-20-NH.----------

<u>Ponto 4.7. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Ratificação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Doação nº CG29, celebrado entre o Município e a Junta de Freguesia da Madalena, em 08/11/2021".----------

<u>Ponto 4.8. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Ratificação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Doação nº CG30, celebrado entre o Município e a Junta de Freguesia de Canidelo, em 08/11/2021". ----------

Ponto 4.9. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Ratificação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Doação nº CG31, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Grijó e Sermonde, em 08/11/2021".----------

Ponto 4.10. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Ratificação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Doação nº CG32, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares, em 08/11/2021". ----------

Ponto 4.11. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Ratificação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Doação nº CG33, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, em 08/11/2021", Aprovado por Unanimidade. ----

Em Ponto de Ordem à Mesa, a Senhora Deputada Paula Baptista (CDU) referiu que quando há a discussão dos pontos em conjunto, quando surge algo fora do comum, não havendo inscrição para intervenção, ficavam sem oportunidade de usar a palavra.----------

O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse haver sempre forma de tentar ver se a senhora deputada se inscreveu e lhe dar a palavra. Pode sempre recorrer a um Ponto de Ordem à Mesa ----------

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU) interpelando novamente a Mesa, referiu ter a CDU se comprometido, de acordo com o tempo que gastou na primeira parte, fazer cumprir os tempos não intervindo nos tempos seguintes. Dado o insólito da situação, entendiam ser oportuno referir algumas questões no que diz respeito à contratação de pessoas por parte da Câmara Municipal, mas passavam à frente, continuando sem nada dizer no que respeita os pontos seguintes, conforme acordado inicialmente. ----------

Senhor Deputado Rui Leite Castro (IL) solicitou alguns pedidos de informação, designadamente sobre o porquê de seis freguesias específicas e não quinze; porque não há um valor da doação, quanto há um contrato de doação costuma haver um valor e porque é que são cinco anos e não dez ou mais para que se possa vender a viatura.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues referiu que este conjunto de doações diz respeito à segunda fase do programa "Juntas + Verdes", que correspondeu a um programa lançado pelo Município no início do ano 2021, com objetivo de substituir viaturas com motor de combustão por viaturas elétricas, tendo passado a esclarecer devidamente o ponto em questão. Quanto ao valor da Doação, não está inscrito no contrato porque se trata de uma

doação a título gracioso. Esse valor consta do Concurso público que foi efetuado para aquisição das viaturas, passando a explicar. Relativamente aos cinco anos, foi opção do regulamento, passando a esclarecer a situação. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Ponto 4.6.----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Ponto 4.7.----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Ponto 4.8.----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Ponto 4.9.----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Ponto 4.10----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Ponto 4.11. ----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Ponto 4.12. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Adesão do Município de Vila Nova de Gaia como sócio da Associação" Poeta Albano Martins".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Ponto 4.12. ----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Ponto 4.13. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à transferência, a Título Gratuito, para o Município, pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP (IRHU.IP) do prédio urbano composto por edifício de cave, rés do chão, 1º andar e logradouro, sito na Rua 25 de Abril, 186 e 195, Freguesia de Vilar de Andorinho e da fração autónoma designada pela letra "T", destinada a habitação – T2. Sita na Rua Dom Pedro V, 179, 3º direito, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.13. ----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Ponto 4.14. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Reabilitação dos jardins e construções secundárias da Casa Barbot – Autorização dos Encargos Plurianuais". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.14. ----------

Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

Ponto 4.15. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho". ----------

Senhor Deputado Rui Leite Castro (IL) solicitou alguns pedidos de informação sobre a obra, se seriam obras de natureza estética/conservação e de ventilação, pretendendo saber se estava considerada alguma obra de eficiência energética e mesmo do conforto das salas. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues referiu que os valores dos 3 milhões de euros desta obra não podiam ficar associados a uns arranjos do edifício, estamos a falar na reabilitação integral do edifício Municipal, substituição de todo o tipo de infraestruturas, desde água a eletricidade e internet, tendo passado a esclarecer exaustivamente o senhor deputado. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.15. ----------

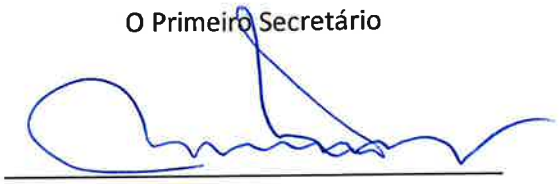
Votação: Aprovada por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu que, conforme acordado em Reunião de Líderes, a próxima reunião iria ser realizada no dia 21 de dezembro, onde seriam discutidas as GOP's e o Orçamento. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram vinte e três horas e vinte e dois minutos do dia seis de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----------

O Primeiro Secretário



(José Manuel de Almeida Couto)

O Presidente da Assembleia Municipal



(Albino Pinto de Almeida)

Iniciativa Liberal | Vila Nova de Gaia
Deputado Único | Assembleia Municipal

Anexo nº 1

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 6/12/21
Documento Nº_____

VOTO DE SAUDAÇÃO

25 de novembro de 1975

REJEITADO POR MAIORIA COM
9 VOTOS A FAVOR DO PSD; CDS; IL; CH
___ VOTOS CONTRA DO PS; PJ; CDU; BE
1 ABSTENÇÕES DO PAN

Não é possível falar do 25 de abril de 1974 sem referir o dia 25 de novembro de 1975, pois ambas as datas são indissociáveis uma da outra na história recente da Democracia portuguesa.

O 25 de abril de 1974 abriu as portas para a instauração de um regime democrático em Portugal, terminando com um regime totalitário de índole fascista que durou quase 46 anos.

No entanto, o período que se começou a viver posteriormente, conhecido como PREC (Processo Revolucionário Em Curso), rapidamente evidenciou que afinal não estavam todos a lutar do mesmo lado ou pela mesma causa.

À medida que os meses passavam, tornou-se claro que, se dependesse de alguns, ainda que minoritários, o novo regime a instaurar em Portugal consistiria num regime democrático de partido único, a exemplo das repúblicas integrantes do Pacto de Varsóvia.

Nesse contexto, o 25 de novembro de 1975 representou uma escolha: a rejeição de um novo regime totalitário em Portugal.

Essa escolha teve militares como responsáveis, como o Grupo dos Nove e a maioria dos Capitães de Abril, de entre os quais o Capitão Salgueiro Maia.

Mas essa escolha teve igualmente responsáveis políticos, como é o caso do histórico líder do Partido Socialista Mário Soares, o histórico líder do Partido Social Democrata Francisco Sá Carneiro e, também o histórico líder da Coligação Democrática Social – Partido Popular Diogo Freitas do Amaral, entre outros.

Essa escolha teve protagonistas militares, como o General António Ramalho Eanes e várias unidades da Região Militar de Lisboa, com especial destaque para o Regimento de Comandos da Amadora encabeçado pelo Coronel Jaime Neves, que souberam ao longo do tempo permanecer fiéis aos valores que estiveram na origem do 25 de abril de 1974.

Essa escolha encontrou, felizmente, uma ampla maioria de apoio na sociedade portuguesa, consciente de que o caminho a percorrer seria no sentido de alcançar uma verdadeira Democracia, tendo a Liberdade como sua trave mestra.

Afinal de contas, o 25 de abril e o 25 de novembro têm na sua origem o mesmo anseio: a implantação e a defesa da Democracia e da Liberdade pelo que se observa, sem surpresa, que a maioria dos Capitães de Abril e outros protagonistas destas duas datas históricas sejam os mesmos.

Importa também salientar que foi essa escolha, feita em 1975, que permitiu que Portugal seja hoje um país democrático, pacífico, rico na sua multiculturalidade, aberto, tolerante e integrado na União Europeia e no Mundo do séc. XXI.

Saudar o 25 de novembro de 1975 representa também a capacidade de superar divisões antigas e afirmar a confirmação dos valores democráticos consagrados no 25 de abril de 1974 e que unem todos aqueles que hoje, como à data e sem exceção, participam na construção de um Portugal livre e soberano.

Saudar o 25 de novembro de 1975 significa honrar e homenagear a I Legislatura, iniciada a 25 de abril de 1976, da qual fez parte o nosso muito caro Deputado e posterior Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia Manuel Lencastre e Menezes Sousa Figueiredo, que se encontra eternizado no nome da nossa Assembleia Municipal.

Neste sentido, vêm o Deputado Único da IL, o Grupo Municipal do Centro Democrático Social – Partido Popular, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata e o Deputado Único do Partido Chega propor que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, na sua reunião da Sessão a 6 de dezembro de 2021, delibere:

- Saudar o 25 de novembro de 1975, dia que confirmou Portugal na senda da Democracia, da Liberdade e Solidariedade iniciada a 25 de abril de 1974;

- Manifestar o seu agradecimento a todos os que escolheram a Democracia e a Liberdade ousando contrariar tentações totalitárias.

Vila Nova de Gaia, 6 de dezembro de 2021

O Deputado Único da IL	Rui Leite de Castro
O Grupo Municipal do CDS-PP	Luís Alves Nogueira
O Grupo Municipal do PPD/PSD	Paulo José Melo Martins
O Deputado Único do Partido Chega	Jorge Santos Pereira

R. Leite de Castro
Subscritores

APROVADO POR UNANIMIDADE

Anexo nº 2

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 6 12 21
Documento Nº_____

6 Dezembro 2021

Voto de Saudação ao
Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres
(25 de novembro)

O 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Data de 1990 o reconhecimento da generalização da violência contra as mulheres na família e na sociedade, pelo Conselho económico e Social da ONU.

No entanto, ano após ano, a violência contra as mulheres, particularmente a violência que se passa no lar em contexto das relações de intimidade, continua a atingir inúmeras mulheres portuguesas. O Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR), em 2020, registou 19 mulheres vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade.

Em 2020, a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga, continuou a ser o crime mais participado em Portugal, representando 85% das mais de 27 mil queixas por violência doméstica. Do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (75%), enquanto que a maioria dos denunciados são homens (81,4%).

A estes registos faltam todos os casos que ficaram em silêncio. A pandemia colocou muitas mulheres confinadas com os seus agressores. No estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (VD@COVID19), 15% dos participantes reportaram que houve violência doméstica em sua casa e 34% das pessoas

inquiridas que foram vítimas de violência doméstica declaram tratar-se de uma primeira agressão.

A violência contra as mulheres sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual (RASI 2021). 99% dos arguidos em crimes de violação são homens e 92% das vítimas são mulheres. Situação semelhante se verifica nos casos de abuso sexual de menores, em que 93% dos arguidos são homens enquanto que 77% das vítimas são raparigas.

Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-Binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências. Sendo de referir a situação particularmente preocupante das mulheres trans. O Trans Murder Monitoring registou a nível mundial 350 pessoas trans assassinadas em 2019, 98% das quais do género feminino.

Neste contexto,

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia saúda as iniciativas do dia 25 de Novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Luísa Ferreira da Silva

João Martins

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Data 6/12/21
Documento Nº_____

Original da Assembleia de 06.12.2021

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Data: 06 dezembro 2021

APROVADO POR UNANIMIDADE

Anexo nº 3

Proposta: Divulgação Pública Massiva do Gaia Protege +

As Violências intrafamiliares, entendendo por família o núcleo de pessoas que vivem em relações de interdependência no seio da mesma habitação, constituem um fenómeno social reconhecido internacionalmente e fortemente penalizador das mulheres, das crianças e das pessoas que pela sua avançada idade, dependência ou características especiais se encontram em situação de maior fragilidade.

Outros fenómenos de violência intrapessoais, nomeadamente os que atingem pessoas com identidades diversas das culturalmente hegemónicas, são também reconhecidos como fenómeno generalizado e preocupante na sociedade moderna.

Estes são tipos de violência cuja denúncia envolve problemas complexos relacionados com os valores culturais da honra e da vergonha, com os valores sociais e institucionais e, frequentemente, com situações de dependência económica.

É recorrente a descoberta pública de situações de pessoas que, sendo vítimas de violência intrapessoal e familiar, nunca se queixaram da situação de vitimização ou, tendo-se queixado junto dos organismos competentes, não foram atendidas eficazmente na resposta de protecção assistencial, social, policial e legal.

Entre uma pluralidade de razões que concorrem para a não-denuncia desses tipos de vitimização violenta, encontra-se a dificuldade em chegar ao conhecimento prático sobre os recursos de apoio às vítimas e, muitas

vezes, a ineficácia do atendimento prestado no que respeita ao apoio às vítimas nos vários níveis das necessidades de protecção e segurança, das necessidades sociais e psicológicas.

A Câmara Municipal de Gaia dispõe, desde 2018, de um mecanismo de apoio às vítimas de violência, o Gaia Protege +.

Tendo em conta a situação enunciada,

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia propõe que:

1. O Gaia Protege + agilize de forma activa a divulgação da informação dos números de telefone para atendimento de vítimas, nos locais públicos de frequência massiva, nomeadamente nas paragens de autocarros e metro e nas farmácias.
2. O Gaia Protege + apresente à Assembleia Municipal o relatório da sua actividade anual onde se inclua a estatística dos atendimentos e acompanhamentos realizados, a análise dos condicionalismos da acção desenvolvida e as perspectivas de aumento da eficácia das respostas conseguidas
3. O Gaia Protege + estude a possibilidade de lançar um aplicativo telefónico gratuito, anônimo e munido de um dispositivo de geolocalização que facilite que as vítimas alertem, de forma confidencial, qualquer tipo de agressão nos espaços públicos (a título de exemplo, em Espanha, durante o confinamento, a app 'Alertcops' recebeu 148 denúncias de violência de género entre Março e Maio (https://amp.europapress.es/epsocial/igualdad/noticia-casi-150-alertas-riesgo-violencia-genero-traves-app-alertcops-estado-alarma-20200509110235.html).

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Luísa Ferreira da Silva

João Martins

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

Anexo nº 4

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 6-12-21
Documento Nº_____

Voto de Congratulação

APROVADO POR UNANIMIDADE

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmº Sr. Secretários,

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação,

Caras e caros colegas deputados,

Estimável público,

Comunicação Social,

Polícia Municipal,

Meus senhores, minhas senhoras,

Manuel Fernando dos Santos Pereira, natural de Pedroso, onde nasceu a 30 de setembro de 1961 é atleta federado de Bilhar desde 1995. Atualmente residente em Perosinho, representou o Futebol Clube do Porto, o Sport Lisboa e Benfica, o Sporting Clube de Braga e, neste momento, representa a Associação Académica de Coimbra.

Tem inúmeros títulos, quer a nível regional, quer a nível nacional, destacando-se sete títulos de campeão nacional individual e quinze por equipas.

A nível europeu tem oito títulos individuais e coletivos, de entre vinte participações em europeus.

Esteve em dois campeonatos mundiais, onde venceu um título por equipas.

Em Itália, no dia 4 de dezembro, Manuel dos Santos Pereira sagrou-se Campeão da Europa por equipas, batendo na final a equipa da casa.

Ao ilustre Gaiense Manuel Pereira, a Assembleia Municipal de Vila de Gaia, reunida a 6 de dezembro de 2021, congratula-se e endereça os parabéns pelo título obtido, bem como por toda a carreira plena de títulos.

6 de dezembro de 2021

Rui Teixeira

Anexo nº5

APROVADO POR UNANIMIDADE

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 6 12 21
Documento Nº _____

MOÇÃO:

Caves do Vinho do Porto como
Património Mundial da Humanidade

Reunida a 6 de dezembro de 2021 a Assembleia Municipal de V N de Gaia, atenta a todas as atividades envolvidas neste processo que visam as Caves do Vinho do Porto na classificação de Património Mundial da Humanidade

Grupo Municipal do
Partido Socialista

Carneiro

6.12.2021

Anexo nº6

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

DECLARAÇÃO DE VOTO AO VOTO DE SAUDAÇÃO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 6/12/21
Documento Nº

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmº. Srs. Secretários,

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal e Exma. Vereação,

Caras e caros colegas deputados,

Estimável público,

Comunicação Social,

Polícia Municipal,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Golpe de Estado ou contrarrevolução? Ainda hoje as opiniões entre protagonistas e historiadores dividem-se quanto ao que aconteceu a 25 de novembro de 1975.

No entanto, uma consequência direta da desmobilização dos militares que tinham como objetivo prosseguir com a revolução foi o fim de várias forças políticas que se colocavam à esquerda do PCP e que desapareceram do panorama político português.

Mas se a esquerda revolucionária saiu derrotada, isso não significou o fim da revolução

O 25 de Novembro de 1975 foi o culminar, do ponto de visto operacional, do Período Revolucionário Em Curso, conhecido para a posteridade como PREC.

O culminar político seria a 2 de Abril de 1976 com a aprovação da Constituição da República Portuguesa pela Assembleia Constituinte, a qual marcou efetivamente a continuação da revolução já que nela estão espelhados – pelo menos no texto original – muitos dos ideais defendidos pelas forças de esquerda antes e depois da queda do regime.

Os acontecimentos do 25 de Novembro constituídos por uma tentativa de golpe militar, por uma ameaça de contragolpe, com um consequente banho de sangue, e por uma tomada de posição da maioria das forças armadas em defesa da democracia, tiveram sobretudo quatro atores, sendo que dois foram derrotados, um foi vencedor e um foi sacrificado.

Foram derrotados o extremismo de esquerda, que tentou tomar o poder pela força, e o extremismo de direita, que pretendia um banho de sangue.

Foi vencedor o estado democrático, representado pelo chamado grupo dos nove e a maioria do Movimento das Forças Armadas.

Sacrificou-se pela paz, em termos eleitorais, um partido de grande influência junto de diversas unidades militares e que teve o discernimento de não se envolver numa aventura que desembocaria forçosamente numa guerra civil.

Nesse sentido, tendo sido o 25 de Novembro um momento de forte cisão na sociedade portuguesa, não nos parece producente nem sequer pedagógico estar a evocar e muito menos celebrar uma data de discórdia.

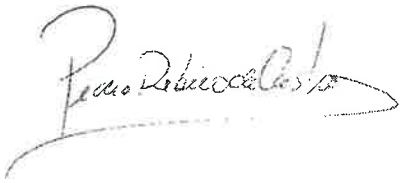
Pelo exposto, iremos nos abster ao Voto de Saudação apresentado pelo Partido Iniciativa Liberal

Vila Nova de Gaia, 6 de dezembro de 2021

Pessoas - Animais – Natureza

(GM PAN)

Pedro Ribeiro de Castro



PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

Anexo nº 7

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 6/12/24
Documento Nº_____

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Exmª Mesa,
Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação,
Caras e caros colegas deputados,
Estimável público,
Comunicação Social
Meus senhores, minhas senhoras,

Permitam-me que, em nome do grupo parlamentar do P.S., teça algumas considerações sobre este voto de saudação ao 25 de novembro apresentado pelo grupo municipal do CDS-PP e pelo Deputado único da Iniciativa Liberal (IL).

A memória humana tende a ser fortemente seletiva, e por isso nem sempre fiável. Analisando o texto agora presente, que fala duma época longe de estar resolvida pelos vários especialistas da nossa história recente, verificámos várias inexatidões:

- Foram 48 anos de regime totalitário, Colegas Deputados, e não 46 anos;

- O PREC, concordam muitos historiadores, teve um papel fundamental na disrupção com o *status quo* vigente, permitindo-nos adquirir direitos políticos e sociais que perduram até aos dias de hoje, dando a ilusão às novas gerações que sempre os tivemos e não que lutamos por eles;

- Se é verdade que no PREC houve muitos excessos, Colegas Deputados, não se esqueçam de mencionar que esses excessos foram da esquerda e da direita. Particularmente na região Norte, grupos de extrema direita atacaram sedes de partidos, e levaram ao assassinato do Padre Max.

- Finalmente, se o 25 de novembro teve responsáveis políticos e militares, nomes como o General Ramalho Eanes e como Mário Soares irão destacar-se sempre, por estarem na linha da frente - mas este voto parece atribuir notoriedade em partes iguais aos líderes de vários dos principais partidos à data.

Este voto de Saudação começa dizendo que " Não é possível falar do 25 de abril de 1974 sem referir o dia 25 de novembro de 1975", mas deixem-me assegurar-vos que é, Colegas Deputados, é possível falar e honrar o 25 de abril de 1974 de *per si* – mas percebo que para um partido como o CDS-PP, cujo representante, na última cerimónia do 25 de abril antes da pandemia, em 2019, centrou o seu discurso sobre o tema "excremento de cão", isso seja difícil de perceber. Não ouvi falar, Colegas Deputados, eu e muitos dos presentes estávamos lá – e assistimos incrédulos a tamanho desrespeito.

E, da mesma forma, percebo que a para nós enigmática expressão do texto de "regime democrático de partido único" ganhe significado para um partido que consegue fazer campanha praticando tiro ao alvo aos seus adversários políticos – quiçá até restar apenas um. Essa atividade da IL foi seguramente uma demonstração dum partido que quer, e cito do texto, "um país democrático, pacífico, rico na sua multiculturalidade, aberto, tolerante e integrado na União Europeia e no Mundo do séc. XXI".

~~Distância~~, Colegas Deputados, ~~e~~ Respeito, ao mencionar nomes de verdadeiros democratas e construtores desta sociedade pluralista em que vivemos, gente como Mário Soares, gente como Manuel Menezes Figueiredo, mas como tantos outros, que com a sua energia inabalável e a sua vontade férrea, fizeram de palavras como DEMOCRACIA e LIBERDADE, a sua filosofia de vida, a filosofia pela qual viveram e educaram as suas filhas e filhos e os seus netos e netas, e não apenas palavras ocas de sentido, que se usam em discursos políticos mais ou menos inflamados e que se poem de lado na vida e na prática do dia-a-dia.

Por todas estas razões, o grupo municipal do P.S. irá votar contra este voto de Saudação.

Disse.



PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

Anexo nº8

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 6/12/21
Documento Nº_____

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmº Sr. Secretários,

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação,

Caras e caros colegas deputados,

Estimável público,

Comunicação Social,

Polícia Municipal,

Meus senhores, minhas senhoras,

Vila Nova de Gaia cresceu.

Crescemos em população, mas crescemos também enquanto comunidade, enquanto pessoas e instituições que tecem uma rede de compromissos e de solidariedades.

Estamos em crer que esse crescimento, sobretudo em qualidade, resulta do trabalho desenvolvido pela equipa liderada pelo Presidente Eduardo Vítor Rodrigues.

Oito anos de ação política que tiveram expressão nas eleições de setembro último.

Uma demonstração clara da opção dos cidadãos de Vila Nova de Gaia, os da cidade e das aldeias, os do rio e os do mar, os mais novos e os mais seniores, os homens e as mulheres – sentimos que houve um apoio claro ao Projeto apresentado pelo Partido Socialista, Dedicados a Gaia. E desse apoio resultam os mandatos que aqui temos em mãos.

Conseguimos colocar as contas no verde, garantindo no entanto, que a ação municipal continuou a ter como base um conjunto de "políticas humanistas, vocacionadas para as dificuldades que as pessoas vivem no dia a dia", recorrendo aqui a palavras do Sr. Presidente Eduardo Vítor. O trabalho feito em torno do covid foi a expressão clara dessa capacidade de trabalhar para quem mais precisa – um momento de afirmação ímpar da dimensão municipal na nossa vida coletiva.

Ainda no contexto eleitoral autárquico importa olhar para as diferentes abstenções registadas e que são, também comuns em muitas outras dimensões da nossa vida – das reuniões nas escolas dos nossos filhos, às reuniões de condomínio, passando pela crise de voluntários no nosso movimento associativo.

Queríamos registar que a serenidade do trabalho feito, a tranquilidade dos mandatos que até ao momento foi marca da nossa ação não vende jornais.

A campanha eleitoral foi excessivamente marcada por dois tipos de ruído político – a intromissão exaustiva de temas nacionais e a valorização do conflito, da luta pela luta. Esta realidade, que muitas vezes centra tudo em torno de Lisboa, esquece o país, neste caso, tende a ignorar o terceiro maior concelho do país.

Mas, não temos outro caminho que não seja o de continuar a fazer crescer Vila Nova de Gaia.

Senhor Presidente, da parte da bancada do Partido Socialista nesta Assembleia,

Conte com a nossa dedicação para continuar a trabalhar em tempos tão exigentes.

Senhor Presidente da Assembleia,

Caríssima mesa,

Sr. Presidente da CM,

Sr. Vereadores,

Caros Colegas,

Público,

Comunicação Social,

Na nossa vida, até pela presença do COVID, sabemos que nada é para sempre.

O que damos como adquirido também não é para sempre.

Recordamos, sem saudades, o corte nos salários e nas pensões, os cortes na saúde, na educação ou nos apoios sociais. Não queremos voltar atrás e não vamos permitir que Portugal e os portugueses voltem para trás.

É também esse o nosso compromisso, o de continuar a trabalhar para as pessoas, para resolver os seus problemas, vendo as finanças e a economia como instrumentos ao serviço dessa opção política.

Queremos contribuir para continuar a desenvolver uma Gaia Educadora, dando prioridade à universalidade das medidas, apoiando de forma clara as classes médias.

Queremos contribuir para continuar a criar uma Gaia Cuidadora, onde a habitação está no centro das nossas preocupações.

Queremos continuar a contribuir para desenvolver uma Gaia saudável, onde o Hospital tem uma centralidade, que se estende aos novos polos de saúde familiar.

Uma Gaia sustentável, de boas contas, competitiva e com vida, onde o movimento associativo merecerá um apoio sustentado do município.

Queremos uma Gaia Liderante, onde o indicador FIB – Felicidade Interna Bruta, um novo indicador da ONU em torno da qualidade de vida, neste caso, do nosso Concelho.

É este o nosso compromisso, aqui apresentado, nesta Assembleia Municipal, a primeira ordinária, depois das eleições.

Assembleia Municipal que queremos continuar a dignificar como a casa da nossa democracia, como espaço de debate de ideias e de propostas, onde se valorize o poder local e todos os que, como Nós, se entregam à causa política.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista da AM de VN Gaia, bom mandato para todos.

Vamos ao trabalho, de forma dedicada.

Vila Nova de Gaia, 6 de dezembro de 2021

12

Anexo nº9

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 6/12/21
Documento Nº_____

PAOD

Declaração Política

A urgência da afirmação do Poder Local Democrático

O Poder Local Democrático, tal como a Constituição o estatui, é uma emanação a uma expressão direta da vontade popular, uma afirmação do caráter progressista e avançado do regime democrático resultante de Abril.

O Poder Local Democrático constitui a forma mais pura da Democracia sobretudo pela proximidade, pelo conhecimento de causa que as pessoas têm mesmo quando desconhecem as nomenclaturas, os órgãos ou as instituições e o seu funcionamento: sabem o que não está bem, e sabem quais as suas dificuldades.

Mas a esta afirmação do poder local democrático ao longo dos anos foram-se sucedendo os ataques por parte do PSD/CDS e PS, a par de um grande desinvestimento que se traduziu no enfraquecimento e empobrecimento nas respostas aos problemas das populações, a vários níveis.

Esta ofensiva inscreve-se numa política determinada pelo objetivo de liquidação das mais importantes conquistas económicas e sociais de Abril e integrada numa política mais vasta de recuperação capitalista.

Ainda que com aspetos contraditórios, pode afirmar-se que a evolução do enquadramento do poder local e da sua natureza apresenta um sentido negativo em vários planos:

- no plano da sua democraticidade fica marcada por uma perda do caráter colegial do funcionamento dos órgãos executivos em favor de um pendor presidencialista, pela desvalorização dos órgãos deliberativos face aos executivos, pela menor participação nos órgãos decorrente da redução progressiva do número de eleitos que os compõem;
- pela desvalorização ou eliminação da participação, por eleição direta, das organizações representativas das populações, alterações essas que enfraquecem a expressão profundamente democrática do poder local e contribuíram para reduzir e, nalguns casos, eliminar a intervenção das populações no seu exercício e

capacidade de realização, esbatendo o nível de envolvimento e cooperação em unidade para a resolução dos problemas, de forma a diminuir as pressões de controlo popular sobre o exercício do Poder;

- no plano da sua autonomia, a política centralista de sucessivos governos, traduzida na intervenção crescente de estruturas desconcentradas da administração central, tem constituído objetivamente um fator de ingerência nas autarquias, de condicionamento da sua autonomia e de imposição discricionária em substituição do papel que seria devido aos órgãos locais e regionais com legitimidade democrática.

Deste modo se torna mais operacional a concretização dos objetivos e opções da política de direita.

A desconcentração, uma modalidade do centralismo e instrumento essencial para assegurar um controlo centralizado de toda a administração pública e de que as políticas governamentais são exemplo, tem constituído um instrumento orientado para diminuir a reivindicação e movimentação em favor de uma real

descentralização, e para atenuar a pressão e a luta pela criação das regiões administrativas;

- no plano dos recursos financeiros, e num quadro contraditório da evolução da legislação sobre finanças locais, a verdade é que o peso de participação da administração local se encontra hoje desvalorizado quando comparado com a evolução do PIB ou do conjunto das despesas do Estado, em resultado de sucessivos incumprimentos da Lei das Finanças Locais e de aplicações arbitrárias da mesma, daí resultando que os níveis de financiamento necessários se mantêm por recuperar;
- adicionando a tudo isto a progressiva transferência de encargos (desclassificação de estradas, habitação social, cedências de terrenos, comparticipações, etc) são cada vez maiores as dificuldades das autarquias em promover os investimentos, conduzindo à subordinação das opções de investimento: não às necessidades reais das populações e aos objetivos e prioridades próprias das autarquias, mas às imposições externas, ditadas

pelas disponibilidades de financiamento comunitário ou outro.

A gestão nas autarquias apresenta hoje novas exigências e um crescente grau de complexidade a que é preciso responder, quer seja no domínio da política de solos e ordenamento do território, no domínio da política cultural, desportiva, da política educativa, da política de intervenção social, da juventude, da política ambiental.

Exigências que decorrem da densificação do conjunto de problemas em que as autarquias são chamadas a intervir e os novos problemas que a resolução dos anteriores fez emergir, a par da indispensável atenção ao conjunto de responsabilidades que permanecem ao longo dos mandatos: por exemplo, o abastecimento de água ou saneamento, com a complexização dos sistemas.

Para a resposta a todas estas exigências a CDU opõe uma efectiva valorização do Poder Local Democrático, defendendo:

- uma efetiva política de Descentralização, na qual a criação das Regiões é condição principal para a concretização de uma coerente reforma de Administração Pública e para uma política de desenvolvimento regional capaz de aproveitar os recursos de cada região, combater as assimetrias e contribuir para a coesão regional e nacional;
- a defesa e a afirmação de um regime de finanças locais que consagre a autonomia e o reforço da capacidade financeira das autarquias, assente na participação por direito próprio nas receitas fiscais do Estado e nos princípios de redistribuição, equidade e coesão nacional, assegurando uma maior e mais equilibrado da partilha de recursos entre o Poder Central e o Local;
- o reforço de competências num quadro claro de delimitação de responsabilidades entre as Administrações Central e Regional (a criar), e a Administração Local.
- a valorização do estatuto remuneratório e a adequação das carreiras dos trabalhadores da Administração Local à realidade da intervenção das autarquias, assegurando

a fixação de pessoal operário, técnico e outro qualificado indispensável a uma gestão pública de qualidade, acrescendo ainda a formação profissional, a motivação e empenho dos trabalhadores das autarquias, e a melhoria das suas condições de vida;

- o reforço do caráter democrático e participativo do Poder Local, assente numa maior proximidade aos cidadãos;
- o reforço dos mecanismos de representação e defesa dos interesses populares junto das autarquias;
- a concretização de soluções que garantam uma efetiva participação dos municípios na definição das políticas regionais, através de criação de institutos regionais que minimizem os impactos mais negativos da ausência da regionalização até a criação das condições necessárias à instituição em concreto das regiões administrativas tal como estão previstas na Constituição;
- a valorização das Freguesias no quadro da Administração Local e das condições de exercício dos mandatos dos respectivos eleitos, respeitando a vontade

das populações na definição da sua abrangência e autonomia.

É esta a visão que a CDU tem do Poder Local: Democrático, Participado, Assertivo, Eficaz, Próximo, Atento.

É por essa visão que orientaremos a nossa acção política.

6.12.2021

Pel'A CDU,

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA DE ATA Nº 3

Anexo nº 10

Reunião Ordinária de 06.12.2021

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1) Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:

a) Foi um **Voto de Saudação,** apresentado pelo Deputado Único do Partido IL e subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP, Grupo Municipal PPD/PSD e pelo Deputado único do Partido CHEGA, pelo "25 de novembro de 1975", **Rejeitado por Maioria**. ----------

b) Foi um **Voto de Saudação**, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)" **Aprovado por Unanimidade**. ----------

c) Foi uma **Proposta,** apresentada pelo Grupo Municipal do BE," Divulgação Pública Massiva do Gaia Protege+", **Aprovada por Unanimidade.** ----------

d) Foi um **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, a "Manuel dos Santos Pereira, pela conquista do Campeonato da Europa", **Aprovado por Unanimidade** ----------

e) Foi uma **Moção,** apresentada pelo Grupo Municipal do PS, "Caves do Vinho do Porto como Património Mundial da Humanidade", **Aprovada por Unanimidade.** ----------

Assembleia Municipal
Rua Álvares Cabral S/N
4400-017 Vila Nova de Gaia
Tel. 223742475

2) No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

1) Foi o **ponto 4.1 da Ordem de Trabalhos** "Eleição dos Candidatos à Comissão Executiva Metropolitana", presente uma Lista, denominada A, tendo obtido 20 votos a favor, 02 votos contra e 10 votos brancos. ----------

2) **Foi o ponto 4.2. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização de abertura do procedimento concursal comum para preenchimento de 6 postos de trabalho na Carreira de Assistente Operacional, para o Departamento de Ambiente e Parques Urbanos", **Aprovado por Maioria,** com 39 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 da CDU, 02 do BE e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do CH e 01 do IL). ----------

3) **Foi o ponto 4.3. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à anulação dos Procedimentos Concursais nº8/2020 e 39/2020, previstos para ocupação de 2 postos da Carreira de Técnico Superior – Área de Economia e abertura de Procedimento Concursal comum para preenchimento de 2 postos de trabalho na Carreira de Técnico Superior, na Área de Economia, para o Departamento de Planeamento, Controlo Financeiro e Execuções Fiscais", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

4) **Foi o ponto 4.4. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à anulação do Procedimento Concursal nº 04/2020, previsto para ocupação de 1 posto na Carreira de Técnico Superior – Área de Engenharia Civil e Abertura de Procedimento Concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho na Carreira de Técnico Superior, na Área de Engenharia Civil, para a Divisão de Fiscalização", **Aprovado por Unanimidade.**

5) **Foi o ponto 4.5. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à anulação da deliberação da reunião de 29/07/2021, ou seja, anulação da autorização de Constituição do Direito de Superfície, pelo prazo de 30 anos, a favor da Sociedade MESOSYSTEM, S.A., do prédio urbano composto por terreno destinado a Construção que constitui o Lote número 6 do Parque Empresarial de S. Félix da Marinha, com área de

Assembleia Municipal
Rua Álvares Cabral S/N
4400-017 Vila Nova de Gaia
Tel. 223742475

17.165,84 m2, sito no Lugar de Mourões, Freguesia de S. Félix da Marinha", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

6) **Foi o ponto 4.6. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da proposta da Câmara Municipal quanto à Doação à Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, da viatura elétrica, ligeira de passageiros, marca Citroen, modelo Jumpy space Tourer E C4, matrícula AJ-20-NH", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

7) **Foi o ponto 4.7. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Ratificação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Doação nº CG29, celebrado entre o Município e a Junta de Freguesia da Madalena, em 08/11/2021", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

8) **Foi o ponto 4.8. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Ratificação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Doação nº CG30, celebrado entre o Município e a Junta de Freguesia de Canidelo, em 08/11/2021", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

9) **Foi o ponto 4.9. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Ratificação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Doação nº CG31, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Grijó e Sermonde, em 08/11/2021", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

10) **Foi o ponto 4.10. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Ratificação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Doação nº CG32, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares, em 08/11/2021", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

11) **Foi o ponto 4.11. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Ratificação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Doação nº CG33, celebrado entre o Município e a União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, em 08/11/2021", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

Assembleia Municipal
Rua Álvares Cabral S/N
4400-017 Vila Nova de Gaia
Tel. 223742475

12) **Foi o ponto 4.12. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Adesão do Município de Vila Nova de Gaia como sócio da Associação" Poeta Albano Martins", **Aprovado por Unanimidade**. ---------

13) **Foi o ponto 4.13. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à transferência, a Título Gratuito, para o Município, pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP (IRHU.IP) do prédio urbano composto por edifício de cave, rés do chão, 1° andar e logradouro, sito na Rua 25 de Abril, 186 e 195, Freguesia de Vilar de Andorinho e da fração autónoma designada pela letra "T", destinada a habitação – T2. Sita na Rua Dom Pedro V, 179, 3° direito, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

14) **Foi o ponto 4.14. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Reabilitação dos jardins e construções secundárias da Casa Barbot – Autorização dos Encargos Plurianuais", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

15) **Foi o ponto 4.15. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

Assembleia Municipal
Rua Álvares Cabral S/N
4400-017 Vila Nova de Gaia
Tel. 223742475

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 23 horas e 22 minutos do dia 06 de dezembro de 2021, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pelo Senhor Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovada por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRO SECRETÁRIO

(José Manuel Couto, Prof. Dr.)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)

Assembleia Municipal
Rua Álvares Cabral S/N
4400-017 Vila Nova de Gaia
Tel. 223742475